

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 11

25 de setembro 2017

A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho

The contribution of the public university to the development of the Brazilian society: the case of a Multicampi University in the Pampa Region

La contribución de la universidad publica para el desarrollo de la sociedad brasileña: el caso de la Universidad Multicampi de la region de los Pampas

Aline Souza da Luz¹-
Franceli Brizolla²
Carlos Alberto Xavier Garcia³

Citação: LUZ, A. S.; BRIZOLLA, F.; GARCIA, C. A. X. A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da sociedade brasileira: o caso da Universidade Multicampi na região do Pampa Gaúcho. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 11. Setembro de 2017.

Resumo:

Este artigo apresenta uma reflexão tematizando a contribuição da universidade pública, a criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O pressuposto para reflexão é a implantação de um projeto de desenvolvimento regional, através da interiorização da pesquisa e do ensino, com vinculação social e relação com as comunidades locais, na promoção de educação superior em regiões afastadas dos grandes centros, meta contemporânea da política de expansão da educação superior no país.

Palavras-chave: Universidade; Expansão; Acesso à educação; Desenvolvimento regional.

Abstract:

This article brings a theoretical analysis that focuses on the contribution of the federal university, by assessing the implementation process of Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), to the development of the Brazilian society. The assumption for the discussion is the execution of a regional development project, throughout the internalization of research and teaching, having social linking with local communities, promoting higher education in outskirt regions, what is a goal for the contemporary higher education expansion politics in Brazil.

¹ Doutoranda em educação – PPGE/FAE/UFPEL. Email: alineluz.ufrgs@gmail.com

² Doutora em educação. Professora da Universidade Federal do Pampa. E-mail: francelibrizolla@unipampa.edu.br

³Mestre em educação. Técnico em Educação na Universidade Federal do Pampa. Email: cxaviergarcia368@gmail.com

Keywords: University; Expansion; Access to education; Regional development.

Resumen:

Este artículo presenta una reflexión tematizando la contribución de la universidad pública, con la creación de la Universidad Federal de Pampa (UNIPAMPA), para el desarrollo de la sociedad brasileña. El punto de partida para la reflexión es la implantación de un proyecto de desarrollo regional, a través de la interiorización de la investigación y la enseñanza, con vinculación social y relación con las comunidades locales, en la promoción de educación superior en regiones alejadas de los grandes centros, meta contemporánea de la política de expansión de la educación superior en el país.

Palabras clave: Universidad; Expansión; Acceso a la educación; Desarrollo regional.

Introdução

A proposta deste artigo é debater o papel da universidade pública no desenvolvimento da sociedade brasileira. A discussão se dará pelo viés do relato descriptivo-analítico da criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) no ano de 2008 até sua situação atual. Para essa discussão, a interlocução teórica se dará com autores, tais como: Tanegutti (2013), Sampaio (1991) Catani e Oliveira (2000), Borges (2010), Marchioro et. al. (2007), Becker; Vianna; Maciel (2012), Hoff, Martins, Sopeña (2011) e Souza (2015).

As reflexões que serão empreendidas sobre a universidade na atualidade do séc. XXI consideram que o tempo presente é dinâmico, de redefinições em todas as ordens e setores da sociedade. Embora o tempo presente seja dinâmico, o recorte desse movimento do real em que as reflexões sobre a universidade na atualidade do séc. XXI serão empreendidas, considera o processo histórico. Assim sendo, olhar para realidade atual da universidade, trata-se de olhar para uma instituição cultural e humana compreendida no tempo histórico.

No presente trabalho interessa saber: em que pode contribuir efetivamente a Universidade para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira? Na busca pelas reflexões que nos encaminhem para esta compreensão, este artigo busca num primeiro momento, compreender o sentido com que surge a instituição universitária na história educacional do Brasil e a forma que se apresenta na atual política econômica, situando o contexto sócio-econômico e político em que se encontra. Em seguida, visando compreender o papel da Universidade no desenvolvimento da sociedade brasileira, serão apresentadas algumas ideias sobre o processo de expansão com algumas contribuições críticas. A partir desta, situaremos a criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e seu compromisso com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural na região da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Logo, apresentam-se as

considerações finais.

Antecedentes: da concepção da Universidade no Brasil

Da breve incursão na literatura especializada da história do Ensino Superior brasileiro é possível evidenciar que a reforma universitária de 68 consolidou um modelo de universidade que valorizava a pesquisa⁴, no entanto delimitou a pós-graduação esse papel. À graduação, foi delegada a formação dos quadros de profissionais especializados. (TANEGUTTI, 2013).

Esse modelo de universidade prevalece vigente atualmente, entretanto tem dividido espaço com um modelo mais recente pautado nas discussões das Conferências Mundiais da Educação Superior⁵ e do Processo de Bolonha⁶.

A formação dos quadros de profissionais especializados contribuiu em diferentes momentos da sociedade brasileira: até os anos de 1950, com constituição e consolidação do estado nacional; entre os anos de 1960 a 1980, para atender às demandas do “modelo” econômico, então denominado de milagre brasileiro, como elemento contribuinte do desenvolvimento nacional.

Esse cenário levou a um processo de expansão do ensino superior privado no país. Os governos militares viam como positivo a expansão das IES particulares, pois eram atendidas as necessidades de ensino, ficando as IES federais responsáveis pelo desenvolvimento da pós-graduação e pesquisa.

A expansão de estabelecimentos privados trouxe implicações para esse nível de ensino, conforme análise de Freitag (1986). A autora aponta que os estabelecimentos privados são em sua grande maioria, instituições que não se preocupam com a pesquisa e extensão e, oferecem cursos noturnos que requerem baixo investimento material para sua execução e, proporciona uma empregabilidade imediata a classe trabalhadora. Do

⁴ Esse modelo de universidade é inspirado no modelo Germânico Humboldtiano, pautado na concepção da indivisibilidade entre o saber, o ensino e a pesquisa.

⁵ Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 15/12/2015. UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 - As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em: 15/12/2015.

⁶ A esse respeito ver MORAES, M.C.M. O processo de Bolonha vis a vis a globalização de um modelo de Ensino Superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 187-203, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 15/12/2015

outro lado, temos as instituições públicas, com a oferta de cursos diurnos, assentados na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, frequentados por uma parcela mínima da população.

As discussões por ensino gratuito, laico e de qualidade para a população em todos os níveis tomou conta com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/96 criou novas exigências com relação à titulação do corpo docente das IES e de avaliação para funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação. Ambas as legislações consolidaram um modelo de universidade assentado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, a LDB parece não romper com o avanço da privatização da educação superior no país, pois em seu texto proporciona facilidades de credenciamento de novas instituições, fomentada principalmente pela iniciativa privada, sem a exigência de se constituírem como instituições de pesquisa, ao contrário do que acontece com as universidades.

É fato que no período dos anos de 1990, temos uma retomada da ampliação de vagas e da expansão do ensino superior, entretanto esses processos estão assentados na diversificação dos formatos institucionais e organizacionais (Universidades, Faculdades, Centros Universitários e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF)), com predominância da iniciativa privada em detrimento do setor público.

Dados do Censo da Educação Superior de 2012 confirmam a tendência histórica das IES brasileiras: a maioria das matrículas estão em instituições privadas, faculdades isoladas, que não tem a incumbência de desenvolver a pesquisa e o desenvolvimento da produção e do conhecimento científico. Segundo dados do Censo 2012, “(...)58,6% das IES que possuem até 1.000 alunos matriculados, 92% são privadas. Por outro lado, apenas 6,2% das instituições têm mais de 10.000 matrículas, com 42% de IES públicas e 58% de IES privadas” (INEP, 2014, p. 52).

Tabela 1: Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica, segundo as Faixas do Número de Matrículas Brasil 2012

Faixas de Matrículas	Total Geral	Organização Acadêmica			
		Universidade	Centro Universitário	Faculdade	IF e Cefet
Total Geral	2.416	193	139	2.044	40
Até 1.000	1.416	4	6	1.400	6
De 1.001 a 2.000	387	2	14	360	11
De 2.001 a 3.000	164	6	19	130	9
De 3.000 a 5.000	173	14	35	114	10
De 5.001 a 7.000	72	16	25	29	2
De 7.001 a 10.000	54	30	15	7	2
Mais de 10.000	150	121	25	4	-

Fonte: Mec/Inep. Tabela elaborada pela Deep/Inep.

Da tabela acima, é possível inferir que as instituições que concentram um maior número de matrículas, ou seja, acima de 7.000 matrículas são universidade. Entretanto essas são em número menor se comparadas com faculdades. Tal configuração demarca a Educação Superior no país, orientada para o ensino e a formação profissional, no sentido da obtenção do diploma em detrimento da pesquisa e produção de conhecimento científico. É assentada numa lógica empresarial e mercantil da educação (CATANI; OLIVEIRA, 2000).

O aprofundamento das ideias acima explicitadas permite compreender parte do atual processo de expansão. O Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, deixa claro que atende aquilo que preconiza o documento do Banco Mundial para *“La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência”*. Nele está claro o objetivo de racionalização do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos disponíveis nas IFES, tendo ainda por meta a redução das taxas de evasão e reprovação; ocupação de vagas ociosas; o aumento de vagas para ingresso; a diversificação das modalidades de graduação; políticas de assistência e inclusão e articulação entre a pós-graduação e a graduação com a educação básica.

No relatório do primeiro ano do programa consta a seguinte finalidade:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social (MEC / SESu / DIFES, 2008, p.3).

Chama-nos a atenção o destaque dado a função das universidades na contribuição no “desenvolvimento econômico e social”. Podemos inferir a partir da leitura, a preocupação de vincular a universidade ao contexto econômico, às discussões do capital humano e, principalmente ao atendimento mercadológico em detrimento da formação humana e integral do sujeito.

O Banco Mundial, um dos financiadores do desenvolvimento na América Latina, através de empréstimos de recursos aos países “em desenvolvimento”, tem se destacado no setor educacional com orientações técnicas para contrapartida dos governos que tomam seus empréstimos. A concepção de universidade que o Banco Mundial apresenta contém algumas recomendações que vão da reforma da educação superior que passa pela diversificação, economia de gastos por aluno, eficiência e equidade, etc; até a modificação curricular imposta na educação básica, para atender ao interesse do empresariado.

Segundo Borges (2010), na concepção do Banco Mundial, “as Universidades constituem a base do crescimento econômico, pois são responsáveis pela preparação das capacidades técnicas de alto nível exigidas pelas demandas da sociedade” (Op. Cit, p. 369). Disto, pode-se depreender um entendimento de que é papel fundamental da IES contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade, no que se refere à pesquisa, serviços de assessoria e consultoria técnica das áreas do conhecimento.

É neste cenário de expansão das universidades que é criada a Universidade Federal do Pampa – Unipampa, com uma estrutura multicampi configurada em dez unidades acadêmico-administrativas com relativa autonomia em relação à gestão superior da Universidade.

A Universidade Federal do Pampa⁷

Da mobilização da comunidade à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito na região, e do interesse no Ministério da Educação, através do Programa REUNI, da ampliação da educação superior no Estado, foi assinado em 2005 o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) para criação da

⁷ O texto a seguir trata-se do histórico de criação da universidade. Por esse motivo foram retirados extratos do texto do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA, único local onde constam os movimentos de criação da universidade. O documento está disponível em http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16AGO_2009.pdf. Acesso em: 15/12/2015.

Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Tal acordo designava as Universidades tutoras a responsabilidade pela criação dos primeiros cursos da nova Instituição. Foram designados dez municípios da Fronteira Oeste e região da campanha do Rio Grande do Sul para a implantação dos campi: Bagé com a Reitoria; Dom Pedrito; Santana do Livramento; Uruguaiana; Itaqui; São Borja; São Gabriel; Alegrete; Caçapava do Sul e Jaguarão.

Em setembro de 2006, aconteceu início as atividades acadêmicas nos campi, com 28 cursos de graduação. No ano seguinte, 2007, foi criada a Comissão de Implantação da Unipampa com o objetivo de constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A Unipampa terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, art 2, 2008)

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, que teve como principal responsabilidade integrar os dez campi criados pelas instituições tutoras, constituindo-os e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. No momento da sua criação, a Unipampa já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. No ano seguinte à sua criação, a universidade contava com mais de 40 cursos de graduação.

A estrutura multicampi delineada se estabeleceu procurando articular as funções da Reitoria e dos campi, com a finalidade de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. Dessa forma a administração central da universidade não está localizada em um único espaço, mas está distribuída em vários campi da universidade promovendo a descentralização de responsabilidades e competências da gestão às Unidades Universitárias. Outra particularidade da estrutura multicampi refere-se a sua organização acadêmica. Na UNIPAMPA as Unidades Universitárias são designadas como Campus, organizados de acordo com a convergência de áreas do conhecimento. Assim por exemplo, no campus de Uruguaiana concentram-se os cursos da área da saúde. Já no campus São Borja estão os cursos da área das ciências sociais. No campus Alegrete estão os cursos da área da engenharia. A UNIPAMPA rompe com a organização secular das universidades em geral em que se organizam em unidades acadêmicas.

A Inserção e o Desenvolvimento Regional

A Unipampa está majoritariamente implantada na chamada “metade sul” do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e numa região de fronteira com o Uruguai e a Argentina. Tal região é historicamente marcada por uma economia decrescente, refletindo na capacidade financeira dos municípios, afetando os indicadores sociais e a geração de empregos. Como o desenvolvimento industrial é escasso a estrutura produtiva depende, fortemente, dos setores primários e de serviços. Soma-se a esse cenário econômico, a distância geográfica da capital do estado e de outros importantes centros regionais. Tais fatores combinados entre si dificultam a permanência e fixação dos jovens e adultos nesses municípios, causando uma alta dispersão urbana. Diante desse quadro, a grande extensão da fronteira da região sul do RS é vista como uma região de estagnação econômica⁸.

Quanto à educação superior, confirmado a tendência histórica das IES brasileiras, eram mais de 800 km de região atendida por instituições privadas. Havia a predominância de uma instituição privada que embora tivesse como denominação universidade, nunca chegou a atender os requisitos de tal instituição⁹. O que corresponde, conforme análise feita anteriormente a uma educação voltada basicamente para o ensino e formação profissional, sem investimentos na produção científica e, com restrições de acesso, pela grande maioria da população, visto o cenário econômico descrito e a impossibilidade do financiamento desse nível de ensino.

Ademais, esse cenário educacional era agravado pela inexistência de universidades públicas nessas regiões, o que induzia os sujeitos a se deslocarem para outras regiões em busca de ensino gratuito e com investimentos na produção científica e tecnológica.

Dadas às possibilidades pela política de valorização da região¹⁰ e pela política de

⁸ Para o aprofundamento dos aspectos políticos e econômicos dessa região, sugere-se a leitura do estudo de CORONEL, D. A. et al. Notas sobre o processo de desenvolvimento da Metade Sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. Revista Perspectiva Econômica. v.3, n. 2, p. 27- 43, jul-dez, 2007. Disponível em: www.revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/.../1597. Acesso em: 05/01/2016.

⁹ Atualmente tal instituição trabalha para se manter como Centro Universitário. A pouca competitividade da região em relação à educação superior, também favorecia o monopólio dessas instituições superiores quanto aos valores cobrados e estrutura oferecida.

¹⁰ Segundo o estudo de Coronel et.al. (2007) somente por volta dos anos de 1990 que a região passa a receber mais atenção das políticas estadual e nacional, com fomento de vários programas para o apoio ao desenvolvimento regional.

instalação de novas Instituições de Ensino Superior¹¹ é implantada a Universidade Federal do Pampa – Unipampa, em dez municípios da Fronteira Oeste e região da campanha do Rio Grande do Sul, cobrindo assim a região fronteiriça do estado.

No presente trabalho, pontuam-se três aspectos que são considerados principais, a fim de elucidar a inserção regional da Unipampa e com isso afirmar a contribuição da universidade pública para sociedade: a formação acadêmica ofertada, a relevância social e o impacto promovido em diferentes setores da economia local.

A Unipampa assume, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a responsabilidade de contribuir com a região em que se instalou a partir do reconhecimento das condições econômicas e naturais. Aproveitando as potencialidades da região, tais como: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; a alta capacidade agrícola e a excelência na produção agropecuária; a nova instituição educacional propõe-se a estar comprometida com o esforço de fortalecimento de tais potencialidades e com a superação das dificuldades diagnosticadas na região. Assim, na formação acadêmica ofertada, através dos cursos oferecidos, da produção do conhecimento, das atividades de extensão e de pesquisa refletem esse comprometimento.

A implantação da Unipampa rompe com o cenário educacional da região. Dentre os vários fatores que poderiam ser elencados, apontamos alguns que nos parecem essenciais para a análise que estamos estabelecendo. Por ser uma universidade pública federal, a Unipampa se compromete em concretizar uma formação acadêmica pautada em práticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. O fomento do desenvolvimento científico e tecnológico da instituição na região é materializado na criação do Parque Científico e Tecnológico do Pampa – PAMPATEC¹², que tem como finalidade promover atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Ademais, a Unipampa atualmente oferece 63 (sessenta e três) cursos de graduação nos seus dez campi, incluindo bacharelados, licenciaturas e cursos superiores tecnológicos, somando um total de 8.134 alunos de graduação. A Unipampa oferece cursos de pós-graduação nos níveis lato (especializações) e stricto (mestrados e doutorados) nos dez campi. Atualmente, são dez programas de pós-graduação. Além dos mestrados, há

¹¹Conforme análise feita anteriormente, pelo interesse no Ministério da Educação, através do Programa REUNI, houve a ampliação da educação superior no Estado do RS.

¹² O PAMPATEC foi criado pela Resolução 12/2010 do Conselho Universitário da Unipampa, em 20/10/2010, para funcionar por meio da parceria com empresas e entidades, com caráter multicampi e com sede no Campus Alegrete.

dois cursos de doutorado: em Bioquímica (Uruguaiana) e em Ciências Biológicas (São Gabriel).

Da mesma forma deu-se a ampliação da extensão e da pesquisa. Atualmente são mais de 300 (trezentos) projetos de extensão universitária registrados e em desenvolvimento na Instituição. Com a pesquisa ocorreu a implantação de laboratórios com a criação de Grupos de Pesquisa ligados ao CNPq e estímulo aos programas de pós-graduações que foram sendo criados nos campi com ampliação de bolsas de diversos órgãos de financiamento.

Diante desse quadro a Universidade leva à região o desenvolvimento científico e tecnológico, o ensino gratuito além de manter vários estudantes na sua região de origem.

Outro fator importante na qual a Unipampa rompe com o cenário educacional da região, trata-se do seu sistema de ingresso. Desde 2009, o ingresso tem se dado via aproveitamento dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e o Sistema de Seleção Unificado - SISU. Outra ação implementada desde 2009 pela Unipampa, como política de democratização de acesso e inclusão social, trata-se da política de reserva de vagas¹³. Com isso a universidade tem proporcionado “(...) o acesso e a continuidade dos estudos inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e alijados do direito ao ensino superior público e gratuito” (PDI, 2013, p.21). Sobre a política de ações afirmativas temos a visão de que o sistema ainda é falho e que muitas pessoas estão sem acesso ao ensino superior devido à falta de qualidade no ensino básico.

No esforço de ampliar as ações desta Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, contemplou, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao ensino superior.

A Unipampa traz em seu PDI, o comprometimento com a formação acadêmica dos educandos. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas assume não só a formação profissionalizante, “(...) mas se firma em uma proposição humanística e generalista assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas” (PDI, 2013, p.21).

¹³ Enquanto a Unipampa adotou tal política desde 2009, esta tem sido uma decisão que causa polêmica e debate nas demais universidades federais desde a aprovação da Lei de Cotas e ampla concorrência, Lei Federal nº 12.711/2012. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação. Esta lei encontra-se em fase de institucionalização.

Com isso a universidade supera a tendência histórica do ensino superior brasileiro que se pauta na formação profissionalizante e, assenta seu trabalho no princípio balizador da excelência acadêmica.

Segundo o PDI da instituição a excelência acadêmica é assim caracterizada:

[...] sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis [...] (PDI, 2013, p. 21)

Esse panorama institucional rendeu em 2011 para universidade, a avaliação como a quarta melhor instituição de Ensino Superior gaúcha, segundo avaliação do MEC medida pelo Índice Geral de Cursos (IGC).

A análise institucional da Unipampa, como universidade pública e gratuita permite reafirmar que a instituição contribui efetivamente com a região onde está inserida, através da promoção de uma formação de excelência acadêmica aos seus educandos além de manter os estudantes na sua região de origem. Confirmando seu papel estratégico na formação de pesquisadores, educadores e profissionais, além de propiciar o “desenvolvimento e transferência de capital intelectual” (HOFF, MARTINS, SOPEÑA, 2011, p. 165).

Entretanto, para além de contribuir para o crescimento do capital intelectual da região, é importante verificar também se a universidade contribui para o desenvolvimento regional em outros aspectos, tais como o desenvolvimento econômico e social.

A instalação da Unipampa na região fronteiriça do Rio Grande do Sul, sem dúvida, representou um passo importante rumo à ampliação do acesso à Educação Superior da região. Dois estudos realizam um mapeamento do perfil do corpo discente da instituição. O primeiro estudo, de Marchioro et. al. (2007), identificou que os alunos que ingressaram na instituição, nos anos de 2007, eram em sua maioria, provenientes da região, originários das classes populares e das escolas públicas. Embora tenha sido um estudo pontual, contemplando somente um dos dez campi da instituição, entendemos que ele é elucidativo da relevância social da Unipampa para a região. Outro estudo, traçando o perfil dos ingressantes da instituição foi realizado por Becker *et al* (2012), no ano de 2012 no campus Itaqui. Dos alunos matriculados naquele ano, 78,5% responderam ao questionário do aluno ingressante. Assim como o primeiro estudo, ele é pontual e retrata

o perfil dos alunos do campus. Entretanto os resultados encontrados nesse estudo mais recente, refletem e reafirmam as constatações do primeiro estudo: os alunos que ingressaram na instituição, nos anos de 2012, eram em sua maioria, provenientes da região, originários das classes populares e das escolas públicas.

Esses estudos mapearam ainda que a maioria desses alunos mora e depende da renda de seus pais, tornando o papel da universidade na vida desses sujeitos, fundamental já que a grande maioria espera no futuro uma vida financeira e realização pessoal. Ressaltando a relevância social da instituição na região.

Por fim, pontuamos o impacto promovido em diferentes setores da economia local, a fim de elucidar a inserção regional da Unipampa. Para essa discussão, utilizaremos os estudos de Hoff, Martins, Sopeña (2011) e Souza (2015). Ambos são estudos significativos para a análise que traçaremos, pois partiram da realidade institucional e analisaram os municípios em que os campi foram instalados.

O fato da universidade se instalar nos municípios movimenta recursos financeiros devido aos serviços prestados ao meio universitário, tais como:

(...) livrarias, atividades de lazer, restaurantes, bares e infra-estrutura de alojamento e transporte entre outros, desprendendo um processo de desenvolvimento e geração de empregos, principalmente próximo ao local onde se encontra inserida a universidade (HOFF, MARTINS, SOPEÑA, 2011p. 164).

Agrega-se a esse fato, o grande número de servidores técnicos administrativos, docentes e discentes que fixaram residência nesses municípios. Isso movimenta recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos e gera impacto em diferentes setores da economia local, tendo forte impacto o setor de serviços, tais como: locação e compra de imóveis, venda de automóveis, alimentação, dentre outros.

Colabora o fato da Unipampa ser uma instituição universitária dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial¹⁴ permite a instituição gerenciar os recursos advindos do Ministério da Educação, sejam eles para aquisição de material, despesas de custeio, construção e manutenção de prédios e pagamento de bolsas aos acadêmicos. Tal movimentação gera impacto em diferentes

¹⁴ Tal condição é defendida no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 06/01/2016. E também nos artigos 51 a 54 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 06/01/2015.

setores da economia local seja pela aquisição de materiais e a ampliação do setor de serviços, seja pela de contratação de recursos humanos para prestação de serviços, dentre outros.

Ambos os estudos, de Hoff, Martins, Sopeña (2011) e Souza (2015), mensuraram quantitativamente a contribuição que a Universidade Federal do Pampa, vem proporcionando para a região em termos financeiros.

Souza (2015) investigou o campus São Borja. Segundo os dados apurados pelo autor:

O PIB (segundo dados do IBGE) de São Borja no ano de implantação da Unipampa, em 2006, era da ordem de R\$ 106.719.000,00 para agropecuária, R\$ 146.412.000,00 para a indústria e R\$ 349.622.000,00 para o setor de serviços, totalizando R\$ 602.753.000,00. Já em 2010 os valores subiram para R\$ 205.205.000,00 na agropecuária, crescimento de 92,28%; R\$ 212.324.000,00 na indústria, crescimento de 45,02%. Já o valor do PIB de serviços foi de R\$ 602.807.000,00, crescimento de 72,41%, totalizando R\$ 1,020336 bilhões de reais, crescimento de 69,27% (Op.cit, p. 2-3).

Já Hoff, Martins, Sopeña (2011) investigaram o campus Santana do Livramento, no ano de 2010. Segundo seus achados:

Diretamente são gastos cerca de 2 milhões anuais com o fornecimento de água, energia elétrica, telefone, o pagamento pelos serviços de esgoto e o consumo de gás. Estes gastos diretos são certamente tão importantes quanto àqueles que individualmente cada um dos servidores apresenta o que elevaria ainda mais o volume de dispêndios existentes (...) considerando-se apenas os quesitos investigados, a movimentação gerada pelo Campus Livramento compreende cerca de 0,41% do PIB anual do município.

Embora sejam dados defasados, já é possível verificar o impacto econômico àquela época nesses municípios. É evidente que os limites das pesquisas abreviam as despesas agregadas geradas pela universidade, mas mesmo assim “...em linhas gerais, observa-se importante influência da universidade no desenvolvimento regional” (HOFF, MARTINS, SOPEÑA, 2011).

Acredita-se que se as pesquisas fossem atualizadas e a mesma fosse realizada em todos os campi, a mensuração dos impactos seriam maiores, visto que a Universidade Federal do Pampa se encontra em fase de consolidação e crescimento de suas estruturas físicas, de seu corpo de servidores e das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Considerações Finais

No presente trabalho buscou-se saber: em que pode contribuir efetivamente a Universidade para o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira? Para o desenvolvimento dessa discussão utilizou-se o relato descritivo-analítico em que ao problematizar a criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) no ano de 2008 até sua situação atual, discutiu-se a contribuição da universidade pública para sociedade brasileira.

A partir do estudo realizado e das observações acerca do trabalho desenvolvido e pesquisas já realizadas sobre a instituição, localizamos três aspectos principais que elucidam, a nosso ver, a inserção regional da Unipampa e com isso poder afirmar a contribuição da universidade pública para sociedade: a formação acadêmica ofertada, a relevância social e o impacto promovido em diferentes setores da economia local.

O pressuposto da discussão é a implantação de um projeto de desenvolvimento regional, através da interiorização da pesquisa e do ensino, com vinculação social e relação com as comunidades locais, na promoção de educação superior em regiões afastadas dos grandes centros, meta contemporânea da política de expansão da educação superior no país.

Ao retomar brevemente a história da educação superior do Brasil, verificamos que o modelo de expansão adotado incentiva as IES privadas e fomenta, como sentido da instituição universitária, a formação profissionalizante. Tal cenário se reflete nos municípios da região onde a Unipampa se instalou.

Diante desse quadro a Unipampa, como instituição universitária, rompe com o cenário educacional da região, levando desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a extensão, e o ensino gratuito através dos seus cursos de graduação e programas de pós-graduação. Com isso a universidade supera a tendência histórica do ensino superior brasileiro que se pauta na formação profissionalizante e, assenta seu trabalho no princípio balizador da excelência acadêmica. Entretanto, para além de contribuir para o crescimento do capital intelectual da região, a universidade contribui para o desenvolvimento regional em outros aspectos, tais como o desenvolvimento econômico e social. Para materializar essa discussão dois estudos são importantes: Hoff, Martins, Sopeña (2011) e Souza (2015). Ambos os estudos mensuraram quantitativamente a contribuição que a Universidade Federal do Pampa, vem proporcionando para a região em termos financeiros. Demarcando com isso, a influência

da universidade no desenvolvimento regional. Seria importante que novas pesquisas fossem realizadas a fim de atualizar os dados e, que a mesma fosse realizada em todos os campi. Assim, ao finalizar, sugere-se a necessidade de outros estudos, que se debrucem sobre as tantas inquietações as quais foram apresentadas aqui.

A situação atual da Unipampa caracteriza-a como uma universidade desafiada a implantar-se em pleno desenvolvimento de suas atividades: crescimento de suas estruturas físicas, de seu corpo de servidores e das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão. Essa característica da Unipampa requer que, a um só tempo, se pense o futuro e se busquem soluções emergenciais para problemas que surgem a cada dia. Pensar uma universidade é um desafio de todos aqueles que a fazem acontecer.

Referências:

BRASIL, **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em: 06/11/2015

BRASIL, **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 12/04/2013.

BECKER, L. A.; VIANNA, M.F.P; MACIEL, M.C.B. **Relatório Ingressantes 2012** – Campus Itaqui.(mimeo). 2012.

BORGES, M. C. A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBPAE, Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 26, p. 367-375, mai/ago 2010.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R.P. (orgs.) **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 4^aed. São Paulo: Moraes, 1986.

INEP. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_e_ducacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 15/12/2015

HOFF, D.N.; MARTIN, Aline S. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/1699/1812>. Acesso em: 06/01/2016

MEC / SESu / DIFES. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Relatório de Primeiro Ano**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069

[-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 22/12/2015.

MARCHIORO, D.F.Z et. al. **A Unipampa no contexto atual da educação superior.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 703-717, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n4/a08v12n4.pdf>. Acesso em: 06/01/2016.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** Documento de trabalho 8 / 91 - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES). Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nups.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em 15/12/2015

SGUSSARDI, V. **Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil:** Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21/03/2013.

SOUZA, N. L.Z. **O impacto de implantação da Universidade Federal do Pampa no município de São Borja – RS.** Revista Missões – Revista de Ciências Humanas e Sociais. v. 1. N. 1, 2015. Disponível em: <http://revistamissoes.com.br/index.php/RevistaMISSOES/article/view/2>. Acesso em: 06/01/2016

TANEGUTTI, L. Y. Relatório técnico. PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ1136.3 - **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade.** Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13948-produto-2-oferta-demanda-educ-superior-pdf-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15/12/2015

Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Bagé: Unipampa, 2013.

Recebido em Março de 2017
Aprovado em Julho de 2017
Publicado em Setembro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 11

25 de setembro 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorm – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 11 – 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>